

ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE GÊNERO E EDUCAÇÃO

Some Theoretical Reflections on gender and education

Luciane da Luz¹

Jorge Luiz Kasprowicz²

Resumo: Este trabalho refere-se ao recorte teórico de uma pesquisa realizada por meio do Núcleo de Iniciação Científica, da Uniasselvi, no ano de 2015. Ele tem como objetivo contribuir com os conteúdos introdutórios dos estudos de gênero e educação no ambiente acadêmico. Por fim, construímos este relatório, que tem como objetivo fornecer subsídios para fomentar o debate de Gênero e Educação em todos os espaços de ensino.

Palavras-Chave: Gênero. Feminismo. Educação.

Abstract: This paper refers to the theoretical part of a research carried out by the Scientific Initiation Center, from Uniasselvi, in 2015. It aims to contribute to the introductory content of gender studies and education in the academic environment. Finally, we build this report, which aims to provide subsidies to stimulate discussion on Gender and Education in all school spaces.

Keywords: Gender. Feminism. Education.

Introdução

Este artigo tem como objetivo fornecer subsídios para fomentar o debate sobre gênero e educação em todos os espaços de ensino, especialmente o espaço acadêmico. Sua relevância/justificativa está pautada nas recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013), para o ensino básico, médio e superior, que compreende a inclusão do debate de gênero e educação como um importante elemento para a promoção dos direitos humanos, fomentando a discussão de gênero, sexualidade e educação em todos os espaços acadêmicos.

Tendo em vista a problemática relacionada entre a função real da escola, a função atribuída a ela pela sociedade e o crescente interesse pelo tema, é de suma importância que os acadêmicos de licenciatura dos cursos de EAD da Uniasselvi estejam inseridos nesta discussão, pois eles, em breve, estarão atuando no mercado de trabalho, mediando o processo de ensino e aprendizagem, necessitando, portanto, de todo o suporte da instituição para a realidade que encontrará quando egresso.

Entendemos que a escola é também um espaço de criação e construção da cidadania e não somente de reprodução de valores, conforme destaca Altmann (2003). O que nos faz acreditar ser importante trabalhar estas questões no âmbito da academia é a possibilidade de debates e trocas de experiências para formação de nossos acadêmicos. Portanto, faz-se necessária a promoção do debate sobre sexualidade e gênero de forma que não se permita a imposição de modelos hegemônicos que definem as relações de gênero e comportamento dos sujeitos para a reprodução incessante de preconceitos e discriminações (LOURO, 1997).

¹Graduada em Ciências Sociais, especialista em Educação a Distância, mestre em Desenvolvimento Regional, docente e pesquisadora do curso de Sociologia e Filosofia, do Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito. Caixa Postal 191. CEP 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090. Site: www.uniasselvi.com.br

²Graduando do curso de Sociologia e História do Polo de Apoio Presencial de Educação a Distância da Uniasselvi - AUPEX de Balneário Camboriú/SC.

Se a sexualidade e os papéis sexuais são construídos social e culturalmente, podemos pensar que uma política comprometida com a cidadania integral exige o tratamento desta problemática no âmbito do espaço escolar e acadêmico (SILVA, 1999).

O professor é um ser social e possui representações e referenciais próprios construídos ao longo da sua trajetória de vida, portanto, faz-se necessária a discussão e reflexão da sua história num processo dialético de reconstrução e ressignificação de conceitos, valores e comportamentos, conforme, destaca Eckert (1999).

A metodologia utilizada para este projeto foi de cunho qualitativo, utilizando questionário semiaberto como instrumento de coleta de dados, para realizar o levantamento dos dados acerca das representações que os acadêmicos possuem sobre a temática de gênero. Além disso, foi realizada a sistematização, a análise dos dados e, por fim, o relatório final.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente, discutimos o conceito de feminismo e o movimento no Brasil, na sequência, apresentamos algumas considerações sobre gênero e seus principais conceitos analíticos. Em seguida, realizamos uma reflexão sobre gênero e feminismo nos tempos atuais e finalizamos com as medidas que a escola deve tomar para minimizar as situações de preconceito de gênero.

O conceito de feminismo e o movimento no Brasil

Há muito tempo, as mulheres vêm lutando pelos seus direitos por meio do movimento social chamado feminismo. Este movimento mostrou que as mulheres fazem toda a diferença em uma sociedade, quando se organizam para buscar seus direitos.

O objetivo do feminismo, desde o princípio, foi o de tornar a mulher visível perante a sociedade, demonstrando suas capacidades e lutando pelos seus direitos (direito ao voto, à propriedade, à emancipação e outros). Por este motivo, e devido à ampliação dos postos de trabalho, em uma sociedade capitalista, o trabalho doméstico deixou de ser o único espaço de atuação da mulher. Com o rompimento deste paradigma, elas passaram a atuar nos mais variados campos e atividades profissionais.

O movimento feminista ganhou visibilidade no “sufragismo”, quando, depois de muita luta, o direito ao voto se estendeu, também, ao público feminino. De acordo com Louro (1997), participando democraticamente por seus direitos, as mulheres também contribuíram para o desenvolvimento social do país.

O caráter político foi a marca mais observada nos estudos feministas. As teorizações dos estudos da mulher se dividiam entre as perspectivas marxistas e psicanalíticas. Dentre estes estudos, surgiram feministas, pesquisadoras e estudiosas que desenvolveram os “estudos da mulher”, que foram assuntos de muitas teses e trabalhos acadêmicos.

Por meio destes estudos, as mulheres chegaram à conclusão de que as justificativas para as desigualdades de gênero estavam fundamentadas na distinção biológica entre os sexos.

No Brasil, o feminismo passou a utilizar o tema *gênero* em meados dos anos 1980, mas as feministas já estavam presentes nas batalhas travadas contra as mulheres durante os 21 anos que o Brasil viveu sob a ditadura militar (SOARES, 2013). Durante o período do regime militar, a presença, cada vez mais constante, das mulheres foi imprescindível para o desfecho no cenário político, estando presentes e até à frente dos movimentos de oposição, que lutavam por justiça econômica, direitos sociais e democratização (ressurgem os movimentos realizados no sufragismo, dessa vez no Brasil). O feminismo foi um dos elementos que contribuíram, fortemente, para a mudança do regime político (LOURO, 1997).

No Brasil, o movimento tomou tanta força, uma proporção tão imensa, que algumas autoras alegam que foi o mais amplo e de maior influência dos movimentos feministas da América

Latina, levando em consideração a diversidade que fez parte deste movimento. As crises que ocorriam no Brasil fizeram com que ainda mais mulheres se juntassem a este movimento social, de cunho político, mobilizando todas as classes sociais, como afirma Soares (2013).

Os estudos de gênero

O gênero é um elemento que consiste das relações sociais, baseado nas diferenças biológicas percebidas entre os sexos (SCOTT, 1989). Gênero não está ligado ao sexo, portanto, não é sinônimo de sexualidade. A identidade sexual está relacionada à fantasia com o corpo, a partir daí os sujeitos se identificam como masculino ou feminino, levando em consideração fatores sociais ou históricos (LOURO, 1997).

As abordagens do tema gênero, quando passam a ser estudados pelos historiadores, começam a ser divididas em duas categorias, de acordo com o tradicionalismo das ciências sociais: uma aborda fenômenos ou realidade sem que haja qualquer tipo de causalidade, a segunda explica a maneira que o processo tomou forma, através da natureza dos acontecimentos, de acordo com Scott (1989). Depois que o tema gênero passa a ser estudado profundamente, chama a atenção da parte menos favorecida por estes estudos: as mulheres.

Os papéis de gênero estão associados ao sexo biológico (masculino ou feminino) em determinada cultura, ou seja, variam de acordo com os costumes sociais de cada local. A antropologia prova esta afirmação, mostrando que os papéis de gênero variam muito de uma cultura para outra, em diferentes lugares no mundo, como afirma Grossi (s.d.).

Como prova de que as culturas variam, de região para região, no ocidente, a antropologia mostra o quanto as mulheres evoluíram, socialmente. No início, as mulheres eram submissas aos homens, mas os tempos foram evoluindo e agora o feminismo vem mostrando que as mulheres são sujeitos na sociedade e não apenas objetos a serviço de outro. Elas podem assumir qualquer papel na sociedade, diversas ocupações profissionais, tanto quanto os homens (GROSSI, 1995).

Os indivíduos têm uma espécie de instrução, um núcleo de **identidade de gênero** que são um conjunto de convicções que o consideram socialmente feminino ou masculino. Este núcleo, a partir das convicções, rotula a identidade de gênero já no nascimento, ou a partir da descoberta do sexo do bebê, afirma Grossi (s.d.). Por fim, a identidade de gênero remete-se ao sentimento individual de identidade, ou seja, a maneira como o sujeito se identifica, como se sente em relação ao seu corpo físico.

O tema gênero vem sendo estudado há algum tempo, mas se solidificou com as pesquisadoras norte-americanas, que passaram a usar “*gender*” (gênero) para ilustrar as identidades sociais subjetivas entre homens e mulheres (LOURO, 1997). A sociedade impõe regras sob o que as pessoas de determinado sexo podem ou não fazer. A mulher ficava sempre isolada a trabalhos domésticos, tendo em vista que seus afazeres principais seriam o do lar, único e exclusivamente, enquanto o homem deveria ficar com a parte “pesada”, ele deveria trazer a comida à mesa do lar, indo ao mercado de trabalho, executando tarefas que as mulheres não seriam capazes de fazer. A partir daí, as feministas buscam desconstruir esta realidade imposta às mulheres (LOURO, 1997).

Os estudos de gênero emergiram nas universidades, afirma Louro (1997), para estudar o comportamento social e a diferença que a sociedade impõe sobre os sexos. O que a ciência biológica dizia até o momento era irrefutável, porém ela só leva em consideração explicações “neutras” para as relações sociais, refletindo os valores construídos no Ocidente, os quais abordam somente uma parte da sociedade: a dos homens, brancos e heterossexuais (LOURO, 1997).

No entanto, quem produzia a ciência nas universidades era majoritariamente o público

masculino, sobrando pouquíssimo espaço para as mulheres, devido a sua condição de gênero, papel circunscrito apenas à reprodução social (cuidados da casa, dos filhos e do marido). Por este motivo, os estudos científicos abordavam somente uma visão: a dos homens. A ótica feminina não tinha nenhuma credibilidade, deixando-a invisível em qualquer uma das áreas de estudo.

Algumas instituições, como igrejas, famílias e representantes políticos conservadores, têm insistido com a preservação do que chamam de “família tradicional”, constituídas exclusivamente por relações heterossexuais, em que a norma a ser considerada são as relações sociais e papéis sexuais tradicionais, enfatizando os papéis “adequados” a homens e mulheres.

Os relatórios levantados nesta pesquisa mostram que as demonstrações de machismo e homofobia reduziram, mas ainda continuam presentes em nossa sociedade, de forma velada.

No Congresso Nacional, as bancadas políticas formadas por membros de igrejas conservadoras fazem com que a sociedade brasileira continue parada no tempo, implantando ideias na cabeça dos seus espectadores, juntamente com os veículos midiáticos de informação.

Os conceitos de igualdade que a mídia tenta implantar seguem ideologias totalmente contrárias, implicitamente demonstra o preconceito de gênero e a submissão feminina. O público tem sido sempre participativo. Por não existirem outros meios de diversão para as famílias com menor poder aquisitivo, são obrigadas a consumir essas informações doutrinárias e formadoras de opiniões sexistas e discriminatórias. O problema se agrava quando o público atingido ainda não tem maturidade suficiente para refletir sobre o assunto, como jovens e crianças que, muitas vezes, reproduzem discursos de ódio e desrespeito a homens e mulheres que expressam posturas “fora do padrão”.

Com tantas informações disponíveis na internet, a facilidade de compartilhar os mais variados textos piora e desvaloriza ainda mais as opiniões acerca destes temas. Textos sem credibilidade acabam sendo disseminados com uma velocidade absurda, propagando informações distorcidas, fazendo com que heróis sejam vilões e vice-versa. E não são somente textos que são compartilhados. São cada vez mais frequentes vídeos reforçando a inferioridade feminina, a vulgarização e objetificação da mulher são encontradas e compartilhadas nos locais mais improváveis, como nas escolas, nas rodas de amigos e ambientes de trabalho.

Gênero e escola

A escola, desde o início dos tempos, produziu ações distintas para meninos, meninas e os comportamentos “desviantes”. Estas diferenças estão impostas subjetiva e objetivamente, desde a arquitetura até a forma de tratamento com os alunos (LOURO, 1997). A escola se encarrega de separar os sujeitos, separa ricos dos pobres e meninos das meninas. Todas as metodologias de ensino e de avaliação explícita e implicitamente produzem a diferença entre os sujeitos.

Na escola se fazem as primeiras escolhas, com quem andar, como ser, como se portar, com quem se enturmar, e aí o aluno aprende a “preferir”, afirma (LOURO, 1997). Nos tempos passados, havia até manuais que ilustravam a maneira como se devia tratar os corpos e mentes dos alunos, bem como a maneira que os alunos e seus materiais deviam ser organizados, a postura deles, o corpo escolarizado, ensinando a ser menino ou menina.

Quer queiramos ou não, essas práticas ainda continuam, implicitamente. A escolarização se instaurava e modelava os corpos dos sujeitos (LOURO, 1997). Observa-se, no dia a dia escolar, a submissão das meninas. Durante os primeiros anos de escolarização, os meninos estão sempre buscando invadir as tarefas das meninas, já mostrando o reflexo da sociedade na superioridade masculina.

Até na educação física ocorre uma divisão, as atividades mais violentas e “pesadas” são

as masculinas e as femininas as brincadeiras mais delicadas e mais parecidas com o dia a dia doméstico. Quando um menino adentra as tarefas femininas, querendo participar, serve como motivo de chacota para os demais colegas, incluindo, muitas vezes, o professor.

Por este motivo, a tarefa mais urgente no dia a dia escolar é desconfiar de tudo que vem sendo tomado como “natural”, criar atividades que igualem e mostrem o potencial de ambas as identidades de gênero, de acordo com Louro (1997).

Algumas medidas precisam ser tomadas para contornar o problema do preconceito. As discussões acerca do tema gênero devem ser incentivadas na escola. Fatos históricos devem ser mostrados, dando luz àqueles que ficaram ocultos durante todo este tempo de submissão. O feminismo deve ser um dos assuntos ensinados em sala de aula. As lutas feministas que se alongam através das décadas, suas conquistas e o seu valor na sociedade (LOURO, 1997), estes devem ser amplamente estudados, mudando um pouco o paradigma da submissão feminina.

As relações afetivas e a homoafetividade devem ser abordadas também, demonstrando a rica cultura na qual estes estão inseridos, suas conquistas sociais, seu modo de pensar com relação à orientação sexual, inserindo estes no debate, desconstruindo o paradigma formado por igrejas, mídias e famílias tradicionalistas.

O tratamento deve ser igualitário para todos, bem como todas as atividades. Para isso, a maneira mais efetiva de acabar ou minimizar o preconceito é através da informação. A informação e o diálogo são bens muito preciosos, que devemos promover até o fim de nossas vidas.

Referências

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpo e de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 21 (1): p. 281-315, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos Secad 4. Brasília/DF – Maio de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (2013). Disponível em: <file:///grupouniasselvi.local/RDS/Users/68632304020/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.

ECKERT, Cornélia e MONTE-MOR, Patrícia (org.) **Imagem em Foco: novas perspectivas em antropologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf> Acesso em: 9 nov. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Luiz Heron da (org.). **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**, Petrópolis: Vozes, 1999.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. 2013. Disponível em http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismo_brasil.pdf. Acesso em: 16 nov. 2015.

Artigo recebido em 15/06/16. Aceito em 18/08/16.